



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11083 - Resumo Expandido - Pôster - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

**EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO:
DIREITOS ADQUIRIDOS E A REALIDADE ESCOLAR BRASILEIRA**

Maria Fernanda Moreira Mendes - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Valéria Peres Asnis - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

**EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO:
DIREITOS ADQUIRIDOS E A REALIDADE ESCOLAR BRASILEIRA**

Introdução

O esfacelamento de práticas pedagógicas segregacionistas e discriminatórias nas escolas brasileiras se torna possível diante da renúncia de princípios anacrônicos, que tendem a enquadrar os estudantes a determinados padrões pré-estabelecidos causando uma normalização cruel e excludente. Por trás dessa tendência problemática, há a falta de formação continuada e, portanto, a carência de conhecimento, por parte dos professores, das idiossincrasias e necessidades educativas do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado e seu objetivo é apresentar e discutir alguns documentos legais acerca da educação inclusiva e pesquisas que se debruçam acerca da educação destes alunos nas escolas brasileiras.

Desenvolvimento

O TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento que resulta em dificuldades de comunicação, relações e interações sociais, além da manifestação de comportamentos restritivos, repetitivos e estereotipados (DSM-5, 2014).

Brande e Zanfelicce (2012) afirmam que receber estes estudantes corresponde a um desafio cotidiano para as escolas. Os déficit e excessos comportamentais que os caracterizam podem levar à limitação da aprendizagem em contextos tradicionais, caso os profissionais

envolvidos no processo de aprendizagem desses estudantes não saibam lidar com certas especificidades deste transtorno (GOMES; MENDES, 2010).

Em se tratando de algumas legislações brasileiras que envolvem a referida temática, verificamos que têm demonstrado considerável avanço nos últimos anos, como a Constituição Federal Brasileira (1988), A Lei nº. 9.394/1996, o Decreto n.º 3.298/1999, a Lei nº. 12.764/2012 e a Lei 13.146/2015.

A implementação de legislação específica no atendimento aos estudantes com TEA (BRASIL, 2012), deve ser acompanhada de mudanças significativas no ambiente escolar. No entanto, apesar dos direitos à uma educação de qualidade, a realidade educacional brasileira ainda se encontra aquém do desejado. Pesquisas vem apontando problemas de vários níveis na educação destas crianças como: ausência de diálogos e parcerias para promover o sucesso da aprendizagem do aluno (HATHENHER, 2017; SOUZA et al., 2017) e a falta de formação continuada de professores para o atendimento educacional destes alunos, ofertada pelas secretarias de educação (RODRIGUES, 2013; SILVA, 2017; HERNANDEZ-PILOTO, 2018; MARTINS, 2018; CUNHA, 2020).

Conclusão

Após breve análise de alguns documentos sobre políticas educacionais inclusivas e pesquisas na área, foi possível perceber uma evolução de garantias educacionais. As políticas públicas asseguram a inclusão no âmbito escolar, entretanto, a realidade encontrada no sistema educacional, muitas vezes, apresenta um total descompasso. A realidade é de escolas carentes de recursos humanos, oferta formativa e infraestrutura acessível para receber os alunos com TEA e promover a inclusão no chão das escolas regulares.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro do Autismo. Políticas de Educação Inclusiva. Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRANDE, C. A.; ZANFELICE, C. C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Federal. 35 ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, 1996.

_____. Decreto nº 3.298. **Política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência**. Brasília, 1999.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

_____. **Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência, Brasília, 2015.**

CUNHA, E. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

HATHENHER, M. DE L. A. **O ensino da leitura e da escrita para alunos da educação especial:** interface com a psicopedagogia. 2017 Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, dez. 2010.

HERNANDEZ-PILOTO, Sumika Soares de Freitas. **Inclusão escolar e direito à educação de crianças público alvo da educação especial na educação infantil:** o que dizem os professores especializados. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2018.

MARTINS, Clarissa de Andrade Fernandes. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil:** políticas públicas na visão dos professores. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RODRIGUES, Gilvana Nascimento. **Formação e autonomia docente:** desafios à inclusão na educação infantil. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SILVA, Amanda Fernandes da. **Diálogos formativos para práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil.** 2017. 124 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SOUZA, H. K. R; VITAL, K; DUARTE, V. O; LOPES, B. J. S. Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regula. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.esp.2, p. 1048-1062, nov. 2017.